



Organizadores:
Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Trajatórias de pesquisa

Os mundos do trabalho em transformação

Série
Território
Científico

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos



Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora – Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral, reestruturação produtiva e patrimônio industrial. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE), do Conselho Municipal de Patrimônio de Sobral e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011.



Antônio Jerfson Lins de Freitas é graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2007) e em História – Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2019). Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará e Doutorado em Geografia pela UECE. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

Organizadores:
Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Trajetórias de pesquisa

Os mundos do trabalho em
transformação



Sobral - CE
2024

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Trajétórias de pesquisa - Os mundos do trabalho em transformação

© 2024 copyright by Telma Bessa Sales, Antônio Jerfson Lins de Freitas. (Orgs)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com.br
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com.br

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Juliana Magalhães Linhares
Cícero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andreia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

T765 Trajetórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação. /
Organizado por Telma Bessa Sales, Antonio Jerfson Lins de Freitas. -
Sobral CE: Sertão Cult, 2024.

274p.

ISBN: 978-65-5421-130-7 - papel
ISBN: 978-65-5421-131-4 - e-book - pdf
Doi: 10.35260/54211314-2024

1. Pesquisa.
2. Ensino.
3. Trabalhos- Novas perspectivas.4. Sistemas de trabalho.
1. Sales, Telma Bessa. II. Freitas, Antonio Jerfson Lins de. III. Título.

CDD 331.117

A série Território Científico

Marco Machado

Jerfson Lins

Editora SertãoCult

Quando o Projeto Território Científico foi concebido há mais de quatro anos, as incertezas sobre o que a pandemia da Covid-19 nos traria eram muitas. O futuro era opaco para previsões otimistas diante do quadro de milhares de mortos diariamente, apenas no Brasil.

Mas se o contexto era absolutamente assustador, pelo menos pudemos ter confirmada a resiliência dos pesquisadores brasileiros, que apesar de imersos em um cenário de carência de recursos financeiros e técnicos, ou-saram produzir como nunca, adequando-se àquela realidade, aprendendo a utilizar as ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, paradoxalmente ficando ainda mais próximos do que antes da clausura imposta pelo vírus.

A tsunami de lives e eventos virtuais passou assim como chegou. O cansaço de assistir a intermináveis sessões diante das telas cobrou seu preço e a busca pelo contato físico suplantou o medo de sair às ruas. Parece que havia sido em outra vida que podíamos reunir centenas de pessoas em um auditório para discutir alguma pesquisa, ou simplesmente reunir meia dúzia de amigos ao redor de uma mesa para conversar sobre assuntos banais.

Parece que foi em outra vida também que, a partir da série Território Científico, a editora SertãoCult convidou os membros de seu conselho para organizarem entrevistas com renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Muito material foi gerado a partir de tal iniciativa, um riquíssimo acervo que já originou quatro livros e agora traz à luz mais um volume, *Trajétórias de pesquisa: os mundos do trabalho em transformação*.

Em mais uma parceria, Telma Bessa e Jerfson Lins reuniram grandes pensadores, de diversas universidades, para falarem sobre o mundo do trabalho, sobre suas carreiras e pesquisas. Mais do que uma aula sobre a realidade vivida pelo trabalhador no século XXI, este livro nos permite enxergar o mundo com os olhos treinados de alguns dos mais respeitados pesquisadores da temática.

Foram, com este, cinco grandes livros produzidos e disponibilizados gratuitamente em formato e-book no escopo do projeto. Foram dezenas de entrevistadores e entrevistados e horas de conteúdo, fontes imprescindíveis para jovens pesquisadores interessados em um aprender com quem realmente sabe sobre o tema.

Brindemos a mais este sucesso! Outros estão a caminho.

Sobral-CE, abril de 2024.

Apresentação

Há três anos nadamos nas águas profundas e agitadas enfrentando a pandemia da Covid-19 (2020-2021) no Brasil e no mundo. Em terras brasileiras, a crise sanitária foi acompanhada de uma crise política, econômica e social que expressou arroubos autoritários, posturas negacionistas e desrespeito aos direitos trabalhistas, direitos humanos, direitos de mulheres etc.

Nesses dias de tempestades de uma demora de três anos, a criatividade, a imaginação, a leveza e o uso das tecnologias informacionais e digitais adentraram em nossas casas e até hoje compõem a maneira de realizar trabalho (no universo acadêmico, por exemplo) e entretenimento.

Navegando nesse mar revolto, criamos plataformas com lives, debates, entrevistas e livros. Este, que você tem em mãos agora, é fruto dessa conjuntura, do desejo de manutenção de relações e vínculos com professores e alunos do país. É possível hoje conhecer as narrativas de intelectuais estudiosos(as) do Brasil, que se colocaram disponíveis para veicular suas trajetórias no período pandêmico do século XXI, especialmente com a temática da pesquisa sobre os mundos do trabalho.

Gratidão é a palavra que cabe para todos(as) que construíram este livro. Agradecer pelo diálogo, aprendizado, dedicação e paciência antes, durante e depois das entrevistas filmadas e que você pode verificar a partir dos links disponíveis em cada narrativa.

Boa leitura e debates a partir da categoria *trabalho*, que continua provocador e contribui na revitalização do pensamento histórico e das ciências sociais/humanas.

Os organizadores

Sumário

O trabalho continua central na sociedade..... 11

Roberto Vêras de Oliveira – UFPB

Uma visão interdisciplinar sobre o trabalho no século XXI..... 15

Felipe Augusto dos Santos Ribeiro - UESPI

Doi: 10.35260/54211314-2024.p22-40

Uberização e crise no mundo do trabalho: entrevista com César Sanson..... 23

César Sanson

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p42-70

Trabalho e gênero: entrevista com Helena Hirata..... 43

Helena Hirata

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p70-94

“As marisqueiras estavam lá, elas por elas mesmas”: entrevista com Luiz Henrique dos Santos Blume..... 71

Luiz Henrique dos Santos Blume

Cosma Silva de Araújo

Fannuel Santos Mesquita

Doi: 10.35260/54211314-2024.p96-125

Transformações capitalistas e (des)igualdades no mundo do trabalho: entrevista com Márcia de Paula Leite.....97

Márcia de Paula Leite

Joannes Paulus Silva Forte

Telma Bessa Sales

Doi: 10.35260/54211314-2024.p126-138

Dialogar com os diversos setores da sociedade é importante na pesquisa e ensino: entrevista com Telma Bessa Sales..... 127

Telma Bessa Sales
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Joannes Paulus Silva Forte

Doi: 10.35260/54211314-2024.p140-165

Os sujeitos na luta pela terra: entrevista com Samuel Maupeou.....141

Samuel Maupeou
Telma Bessa Sales
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p166-186

O sindicalismo e o mundo do trabalho: entrevista com Marcelo Badaró Mattos.....167

Marcelo Badaró Mattos
Cosma Silva de Araújo
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p188-206

“Não dá para pensar a sociedade sem trabalho”: entrevista com Clarice Speranza..... 189

Clarice Gontarski Speranza
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p208-222

Pesquisa e empatia no mundo do trabalho: entrevista com Antonio Bosi..... 209

Antonio de Pádua Bosi
Fannuel Santos Mesquita
Viviane Prado Bezerra

Doi: 10.35260/54211314-2024.p224-242

“Boas questões fazem boas pesquisas”: entrevista com Fabiane Popinigis.....225

Fabiane Popinigis
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Doi: 10.35260/54211314-2024.p244-265

“Seria estranho se eu não tivesse optado por estudar o trabalho”: entrevista com William Mello.....245

William James Mello
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Cosma Silva de Araújo

Índice Remissivo.....267

Entrevistadores..... 273

Doi: 10.35260/54211314-2024.p140-165



Samuel Carneiro de Carvalho é graduado em História pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE (2004), tem mestrado (2004) e doutorado (2012) em História pela Université de Toulouse -Le Mirail (França), pós-doutorado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2022). Atualmente, é professor adjunto de História da Universidade Estadual do Ceará - UECE (Fortaleza), nas disciplinas de História da América, Moderna e Contemporânea, professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades (PPGHCE - UECE) e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará (PPGH - UFC).

Os sujeitos na luta pela terra: entrevista com Samuel Maupeou¹

Samuel Maupeou

Telma Bessa Sales

Viviane Prado Bezerra

Telma Bessa (UVA): O professor Samuel Maupeou faz parte do grupo de trabalho da Anpuh sobre o mundo do trabalho e é muito importante para a ampliação do destaque desta discussão temática aqui para o Norte/Nordeste. Então, queria pedir para o senhor se apresentar rapidamente e depois falar conosco sobre quais foram as suas motivações para a escolha do seu tema de pesquisa e de trabalho.

Samuel Maupeou (UECE): Vou fazer uma pequena apresentação, se vocês quiserem que eu aprofunde, sem problema, temos bastante tempo. Meu nome é Samuel Carneiro de Maupeou, sou pernambucano. Vou falar só dos meus estudos universitários. Fiz a minha graduação na UFPE, comecei no segundo semestre de 99 e terminei em 2004. Oficialmente, o semestre era 2003.2, mas aí, por conta de uma greve – na universidade pública é muito comum e a UFPE nessa época tinha muitas greves - terminei em 2004. É importante destacar que na graduação eu participei como bolsista de iniciação científica do CNPq², com Antônio Montenegro, e eu



¹ Entrevista realizada via *Google Meet* em 30 de maio de 2020.

² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

trabalhava a Igreja durante o Regime Militar, especificamente em Pernambuco na década de 1960, mais especificamente o ano de 68. A gente trabalhava muito a questão do conflito do arcebispo local, que era dom Helder [Camara], cearense, inclusive, com as autoridades militares, discursos e a troca de correspondências que ele teve com Gilberto Freyre. Não sei se todos conhecem, mas [G. Freyre] foi apoiador do regime militar.

Adiantando um pouco, eu terminei e acabei não renovando a bolsa com Montenegro por questões de escolha pessoal e também pelo tempo. E aí, eu fui fazer o mestrado na França e quem me ajudou muito, na época, foi Christine [Paulette Yves Rufino] Dabat, minha co-orientadora em parte do mestrado, mas principalmente do doutorado. Eu fiz o mestrado de 2004 a 2006, fiz um estudo das redes de sociabilidade da Teologia da Libertação. Escolhi alguns teólogos e fiz esse estudo.

Depois, eu emendei no doutorado em Toulouse, na França. Fiz com Richard Marin com a ajuda de Christine Dabat. Fiz o doutorado sobre, especificamente, a questão agrária, mas, na época, eu não tinha muita consciência de que estava fazendo História Agrária. Aí, trabalhei sobre a CPT – Comissão Pastoral da Terra – em Pernambuco. A CPT daqui [Nordeste 2] tem uma especificidade: ela surgiu um pouco mais tarde, reúne mais de um estado e aí acabei, no doutorado, prologando um pouco. Mudei de tema no meio do caminho, terminei em 2012. Foi meio que um golpe de sorte. Fiz a defesa em setembro, surgiu o concurso da UECE, acho que foi em novembro de 2012 e, em janeiro, eu já tinha passado. Me mudei em junho pra Fortaleza, já foi junho de 2013.

Telma: Bom, poderia nos falar um pouco sobre as motivações que o levaram a optar por esse caminho de pesquisa?

Samuel: Falo já do mestrado e doutorado ou da bolsa de IC [Iniciação Científica]?

Telma: Você pode contextualizar. Porque é um processo, você vai se descobrindo, vai aprofundando, né isso?

Samuel: Na bolsa de IC foi uma coisa um pouco por acaso. Era uma pesquisa que Antônio Montenegro, inclusive, publicou agora um livro sobre as memórias dos padres do Nordeste e um desses padres, mais de um, são amigos da família, porque meu pai foi um ex-padre, também, e teve

contato com eles. Talvez ele tivesse se tornado um dos padres da Teologia da Libertação, mas aí ele largou a batina, como se diz, e casou com minha mãe. Resumindo: o projeto de IC de Antônio Montenegro era um pouco esse, aí eu entrei e só depois eu fui vendo. Na época, eu só sabia que ele tinha entrevistado o meu tio – tio Xavier -, que é um dos que ele cita no livro de artigos dele, e depois eu entrevistei com ele Dom Marcelo Carvalheira, que é o meu tio também e que já é falecido.

Não vou cair muito naquela ilusão biográfica, foi um período que eu aproveitei pouco, eu tive muita experiência de pesquisa com os arquivos, mas eu não tinha muita consciência, sinceramente, do que eu estava fazendo, por uma série de razões que todo mundo sabe como estudante. Para encurtar, eu não aproveitei muito, sentia muita dificuldade, mas, por um lado, foi bom porque eu comecei a trabalhar com História da Igreja que, apesar de eu ter essa família muito católica, eu não sou praticante. Uma formação muito clássica na Igreja, de primeira comunhão e tudo, mas não é a minha praia. Mas foi interessante porque Montenegro insiste muito na questão das fontes, e eu comecei a ter um contato meio que na aventura mesmo. Eu precisaria ter uma cabeça mais estruturada em relação à pesquisa pra poder ter aproveitado. Mas, serve pra isso também. A gente trabalhava muito na perspectiva das das práticas e discursos, como era construído o discurso sobre o Comunismo, como a Igreja tinha entrado pra combater o Comunismo e acabou sendo tachada de comunista. Eu tinha dificuldade de sair do que já era muito trabalhado, digamos assim. Apesar de eu ser muito novo na época, tanto de idade quanto de experiência de pesquisa, eu tinha impressão de que não conseguia me descolar da bibliografia, eu acabava um pouco reproduzindo essa ideia de setores da Igreja tachados de comunistas. Eu não conseguia sair disso, a verdade é essa. Eu nem sei se hoje em dia, se eu voltasse a essa pesquisa, se eu conseguiria, porque tem muita coisa produzida. Ao mesmo tempo, isso me deu um interesse muito grande, como Paul Veyne (1930-2022) fala, não querendo me comparar a Foucault, eu sou um pouco positivista no sentido de dar muito valor às fontes, não um valor hierarquizado, mas de procurar discussões um pouco mais originais, digamos assim, a partir do que as fontes permitem você discutir. Ao mesmo tempo, essa preocupação que eu já sentia de não conseguir fazer nada de novo, me leva a achar que eu rendi pouco, fazendo uma autocrítica. Diferentemente dos meus colegas

que permaneceram, acabaram continuando com Montenegro, eu fiquei um tempo aí meio perdido. Não é um privilégio meu porque acho que muita gente passa por isso.

Telma: Foi o início da caminhada?

Samuel: Foi, no projeto de IC. Eu acho que acabou repercutindo um pouco no mestrado. Porque assim, a dificuldade no mestrado, lá na França, talvez pra um brasileiro, porque por mais que eu tivesse meu pai, eu sou totalmente brasileiro, a parte do meu pai é francesa, mas eu sou muito pernambucano, não sou nem brasileiro, sou muito recifense mesmo. A cultura da gente, tanto para o lado bom quanto pro ruim, é muito escolarizada. Lá, não. Lá, você chega com seu orientador com um texto pra ele comentar, não tem um acompanhamento, não tem disciplina de seminário de pesquisa, não tem nada disso. É muito empírico mesmo. As aulas de mestrado eram seminários em que os professores discutiam suas pesquisas. E como eu estava num centro de pesquisas da América Latina... Uma crítica que até hoje me angustia muito é que eu acho que os estudos que são feitos na França sobre o Brasil são muito – é muito forte o que eu vou dizer, mas vou assumir o risco – caricaturais, muitos trazem uma visão de um estrangeiro, eu percebo muito isso. E eu, que gosto muito de trabalhar com história local, cada vez mais tenho ficado muito descrente. Eu sou muito novo pra isso em termos de pesquisa, mas eu sou muito descrente de perspectivas muito abrangentes, talvez o pessoal da História Global não goste muito de eu dizer isso – apesar de eu estar num grupo de História Global –, eu valorizo o chamado local, perspectiva local, embora possa estar conectada ao global, mas eu sou muito apegado à história local, digamos assim, um recorte mais direcionado. Com isso, eu sinto que a minha perspectiva, que foi se aprofundando cada vez mais nessa história, tem entrado muito em conflitos de terra, e é uma coisa que às vezes me complica um pouco no mundo do trabalho. A questão agrária é, às vezes, um pouco menos trabalhada no mundo do trabalho e aí, por exemplo, pra eu me inscrever num simpósio, eu tenho mais dificuldade.

O mestrado, eu considero que tive uma certa dificuldade por conta disso, o meu orientador queria que eu trabalhasse os teólogos latino-americanos, isso pra mim já era muito abrangente. Eu tive de definir alguns e trabalhar um pouco algo que hoje em dia eu identificaria como história

intelectual, dos intelectuais da Teologia da Libertação. No fundo eu tentei entender, porque por mais que se entenda a Teologia da Libertação como um movimento social, no fundo ela é um movimento altamente intelectualizado, poucos são os teólogos que têm um trabalho de base, de pastoral, são muito mais as comunidades de base, que não são teólogos da libertação. É uma discussão muito específica, talvez não valha a pena eu me aprofundar. Terminando o mestrado, com toda a questão da língua e por mais que eu tenha a origem do meu pai, não é a minha língua materna e o francês escrito é difícil. Hoje em dia, eu acho que eu tenho um nível bem razoável de escrita em francês, mas por conta dessa dificuldade eu investi muito. Às vezes eu corrijo francófonos, eu corrijo pessoas que têm o francês como língua materna. Acontece, não muito. Lógico que por escrito, eu nunca ousaria corrigir oralmente.

Mais no final do doutorado, acho que no último ano, eu entendi o que estava fazendo na minha pesquisa. De certa forma, eu comecei a entender retroativamente. Eu já fazia história oral e um pouco de história agrária, mas sem dar nome aos bois. Eu tento, de certa forma, conciliar uma discussão que seria mais de movimentos sociais à questão da pastoral, de maneira muito genérica. Eu tenho outras questões, eu trabalhava muito a importância da produção de documentos sobre os trabalhadores, ou de discussão sobre o mundo do trabalho, mas eu acho que a orientação que eu tenho seguido cada vez mais é tentar associar um pouco uma discussão que seria mais clássica dos movimentos sociais, ou seja, a luta pela terra como sendo mais uma questão de uma história social, mas eu tento atrelar muito à memória. Eu tenho feito entrevistas cada vez mais longas, mais subjetivas, cada vez menos estruturadas e falando de conflitos sociais. Eu tento atribuir significados outros do que só um conflito, objetivamente falando, com datas e acontecimentos marcantes. Eu tento ver muito como os próprios atores pensam esse conflito.

Viviane Prado (UVA): Em que momento desse percurso você encontrou o Sorpe³? Queria que você falasse um pouquinho desse órgão. Em Sobral, nas minhas pesquisas, eu encontrei algo parecido, que foi o CETRESO. Em

3 Serviço de Orientação Rural de Pernambuco, organização criada em 5 de agosto de 1961 a partir do Plano de Emergência traçado pela CNBB, a pedido do papa João XXIII, para conduzir o esforço de sindicalização rural, cooperativismo e educação de base, então em curso segundo o modelo da *Populorum Progressio* e sua doutrina social Cristã.

Sobral, a gente tinha na década de 60, no jornal Correio da Semana, uma “Coluna do CETRESO” e, a partir dela, eu fui investigando e encontrei o organismo vinculado à Diocese de Sobral chamado CETRESO, que é Centro de Treinamento de Sobral, criado na década de 60, mas em 67 ele deixou de existir porque o seu fundador, que era o padre Luiz Melo, saiu de Sobral pra cidade de Camocim e iniciou outro trabalho pastoral lá, chamado Serviço de Promoção Humana. No entanto, eu encontro uma semelhança do que eu já li do Sorpe, essa coisa de tentativa de organização dos trabalhadores vinculando a um discurso de sindicalismo.

Samuel: O Sorpe, não posso dizer que é meu xodó, porque é de direita, ele é uma opção contrária às Ligas Camponesas, que, na verdade, usando termos pouco acadêmicos, o padre Paulo Crespo foi muito esperto, pois conseguiu ressignificar a atuação do Sorpe, que acabou, num contexto de ditadura mais exacerbada, pousando um pouco de “quase opção de esquerda”, mas, na verdade, ele foi o sindicalismo consentido, digamos assim. Foi, de certa forma, acobertado pelos militares, apesar de que todo apoiador do golpe acaba mal também. A gente tá vendo no contexto atual, gente que apoiou tá pagando o preço.

O Sorpe é sobre o que todo mundo tem interesse, o que o pessoal diz é que era uma coisa muito pessoal, uma iniciativa do padre Crespo – antes era o padre Crespo e o padre Antônio Melo, mas aí depois eles romperam. Inclusive, ele [Pe. Melo] escreveu... Eu tenho esse texto em inglês, foi minha orientadora da época quem me passou. Acho que é o trecho de um livro dele falando de uma revolução, só que uma revolução aos moldes um pouco de direita, fascista. Eles de alguma forma romperam e o padre Melo foi para o Norte do país, não lembro se foi para o Amazonas. Depois, ele acabou falecendo, não por morte violenta, ele morreu por alguma doença, alguma coisa. Dessa parte eu não me lembro mais. O padre Crespo continuou só, ele tinha uma equipe, mas acabava sendo uma iniciativa muito pessoal, pra não dizer personalista, mas pessoal. Talvez muita coisa tenha ficado nas mãos dele, é algo de que se fala muito, mas tem pouca fonte. Eu comecei a me interessar porque algumas dessas fontes eu encontrei e ainda estou trabalhando nelas lá na Cúria, que hoje em dia é o Centro de Pastoral. Lá na antiga Cúria, aqui em Recife. Foi uma época parte do Seminário Menor, depois virou a Cúria Metropolitana da Arquidiocese e, aí depois, se tornou hoje em dia, o Centro de Pastoral, de algumas pastorais,

como a Pastoral do Idoso. Mas aí tem o arquivo, se eu não me engano é Dom José Lamartine o nome do arquivo. Eles tão digitalizando, mas na época que eu ia era uma biblioteca.

Resumindo, era muito interessante porque a questão agrária de Pernambuco, a questão da Igreja e o tema Igreja e questão agrária são muito complexos nesse período, principalmente no início da década de 60. Eu tentei pesquisar um pouco isso no Ceará. Eu acho que nesse ponto a complexidade, às vezes, é um pouco maior aqui, porque tinha ainda o MEB⁴. Você tinha o MEB e o Sorpe, sem contar as Ligas Camponesas e todas as dissidências que foram surgindo. Então, é um campo de conflito muito extenso. Minha decisão foi ver o Sorpe como a opção de sindicalismo que acabou prevalecendo em termos políticos, mas que não impediu que dentro da Igreja existissem divergências, por exemplo. Mas o MEB rompeu claramente com o Sorpe, seu eu não me engano. Até o texto que eu escrevi sobre isso mostra que houve uma ruptura, tanto da JAC⁵ quanto da ACR⁶, quanto do MEB, com o Sorpe. Contrariamente ao que as pessoas pensavam, os maiores recursos do Sorpe vinham do MEB. Como o MEB era ligado ao governo federal no período de Juscelino, recebia muitos recursos e o Sorpe, os recursos que eles recebiam eram doações ou era capital norte-americano, que as pessoas associam àquele sindicalismo americano ligado à CIA⁷. Só que era com a Aliança para o Progresso, todo esse contexto de favorecer uma sindicalização menos radical, mais de conciliação de classes.

O meu interesse no Sorpe, no fundo, é um interesse das pessoas que trabalham com essa questão. Eu não trabalho muito a década de 60, mas, como pra entender o surgimento da CPT⁸ eu tive que entender essas experiências anteriores, eu aproveitei o que tinha pesquisado e confrontei com a perspectiva do Sorpe tentando dar mais detalhes com fontes, porque no fundo muito se fala, mas se você olhar, poucas fontes são citadas do Sorpe, muito mais discutindo o que já foi dito, discutindo um pouco os clássicos, a não ser um ou outro que conseguiu entrevistas com Crespo. Inclusive, eu tentei, mas na época ele já estava doente e faleceu em 2016.

4 Movimento de Educação de Base.

5 Juventude Agrária Católica.

6 Animação dos Cristãos no Meio Rural.

7 Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos).

8 Comissão Pastoral da Terra.

Viviane: Era isso que eu queria entender também, se o Sorpe teve uma linha de atuação assim, como equipe de organização desses trabalhadores, ou se foi mais uma linha intelectual vinculada a um discurso da Igreja, como no caso do CETRESO, que era responsável pela produção de um discurso no jornal, e aí reforçava a importância do sindicalismo, da Reforma Agrária e tal, mas era uma equipe muito pequena e essas pessoas não iam a campo pra organizar. Isso no Sorpe acontecia? Já que você falou da CPT depois, eu emendo: existiu algum desses trabalhadores que participavam do Sorpe, que foram organizados na época do Sorpe, que depois vão estar vinculados a um discurso posterior de organização da CPT, se existe ou não uma linha de continuidade nesses trabalhos.

Samuel: Isso aí é um pouco o que fiz na minha tese. Fazendo uma linha do tempo, foi basicamente a JAC, que surgiu primeiro, porque a JAC é da Ação Católica, da década de 40, já tinha em alguns lugares, eu acho que em Minas Gerais. Em Pernambuco, você começa com a JAC-F, que é a JAC feminina e era muito – desculpe a generalização – “corte e costura” para as mulheres ligadas à Igreja e ensinava como cuidar da família, mas naquela perspectiva bem da mulher “dona do lar”, que cuida dos filhos e que aguarda o marido chegar, aquela visão bem da própria sociedade, bem pudica, de uma mulher recatada etc. Então, a JAC feminina tinha muito essa perspectiva. Depois, começou a surgir uma JAC masculina numa perspectiva, digamos assim, produtivista, de ajudar a ter uma melhor colheita ou de ter uma organização em termos de cooperativa, mas fugindo ao máximo da perspectiva política de confronto, era a política de conciliação. No máximo, à medida que os direitos trabalhistas foram surgindo, foram se ampliando, aí a discussão começava, mas não se falava em greve, não se falava em reivindicação, esses termos praticamente não existiam ali. E aí, depois da JAC – a JAC só vai se radicalizar a partir de 63 -, chega uma hora que começa a surgir um movimento paralelo ao outro, por enquanto era a JAC feminina, depois a JAC e, depois, vai surgir também a ACR. É como se a JAC fosse pra juventude e a ACR para os adultos. Mas nesse caminho da JAC até surgir a ACR surge o Sorpe, paralelamente, e em algum momento eles vão se encontrar – a JAC, o Sorpe e a ACR –, só que aí vai chegar uma hora em que a JAC e a ACR vão romper com o Sorpe e o MEB também rompe, porque no fundo esses três movimentos acabam virando uma opção mais à esquerda – a JAC, a ACR e o MEB. Depois, o MEB acaba sofrendo muitos cortes.

Agora, estou em dúvida... Porque Pernambuco foi um dos primeiros em que a equipe a equipe pediu demissão e encerrou as atividades no MEB, porque a perseguição estava muito grande. E aí, ficou praticamente só a JAC e a ACR. Mas aí o Sorpe, nesse caminho aí, ele tinha uma perspectiva menos política e mais de formação. Quando tinha pronunciamentos políticos, era bem anticomunista. Eles têm um manifesto que, inclusive, foi publicado no jornal de apoio ao que ele chama de “revolução de 64”, usando todo aquele vocabulário anticomunista: agitadores, subversivos, politicóides. Tem um determinado termo através do qual eles dizem que os apoiadores, que as pessoas vinculadas às Ligas Camponesas são politicóides, o que hoje em dia as pessoas chamam de esquerdistas num sentido pejorativo.

Depois, esse caldeirão da década de 60, esses movimentos que vão restar vão se juntar no que vai ser a Pastoral dos Camponeses, ou seja, a Igreja vai juntar todos e vai dizer: “agora vocês vão se reunir na Pastoral dos Camponeses”, mesmo que eles tivessem perspectivas antagônicas, porque no fundo era uma justaposição, por porque cada um, depois que saía da sala de reunião, desenvolvia o seu trabalho separadamente. Aí, essa Pastoral dos Camponeses, com certeza por conta do termo “camponeses”, se tornou Pastoral Rural, porque o termo camponês foi ficando muito difícil de ser utilizado. Em 66, você tem registros dessa Pastoral dos Camponeses e, depois, já em 71, já se chama Pastoral Rural. Aí a Pastoral Rural vai se tornar cada vez mais um movimento. Não vai chegar a ser um movimento porque ela ainda continua sendo esse fórum de pastorais da Igreja.

Um desses movimentos, que era a ACR, dentro da Pastoral Rural, acaba fazendo com que a Pastoral Rural se torne um pouco um movimento, porque eles tomam um pouco à frente e o Sorpe se esvazia muito rapidamente. É uma Pastoral Rural, inclui em alguns lugares o MEB, o SAR – que era o Serviço de Assistência Rural -, o Sorpe um pouquinho, no início, mas basicamente acaba sendo a ACR, que era um pouco do que havia sido a JAC quando ela se radicalizou. E aí com a ACR, com a Pastoral Rural, ela teria permanecido Pastoral Rural - mas aí teve o conflito com dom José Cardoso e pra fugir da autoridade do bispo... Na verdade, ele não acabou com a Pastoral Rural, ele demitiu os coordenadores e colocou outros coordenadores sob a direção do irmão dele, que era o bispo de Petrolina, dom Paulo Cardoso. A Pastoral Rural continuou existindo, mas a coordenação da Pastoral Rural que foi demitida se tornou CPT, até hoje.

São muitos movimentos, com certeza ficou confuso porque é um caldeirão mesmo, mas o Sorpe, especificamente, ele dava cursos de formação, vários. Às vezes, com um técnico agrícola, curso de semente, mas tinha muito de sindicalização, como organizar um sindicato, como fazer uma ata, como conduzir uma reunião e, na maioria das vezes, esses cursos eram ministrados por ele, o padre Paulo Crespo. Tinha muito essa perspectiva de formação. Depois, à medida que a ditadura foi se constituindo, eles começaram cada vez mais a entrar numa perspectiva menos política e cada vez mais de assistência ao pequeno produtor rural. Ele defendia muito a chamada Lei do Sítio, que é um decreto de 1965. Tem um texto que eu enviei pra revista *Historiar*, da UVA, e nele eu discuto isso, a questão do Sítio. Era uma “forma” – entre aspas – de reforma agrária branda, ele não precisava lutar pra uma justiça social muito radical, ou seja, tirar a terra do latifundiário, bastava que o latifundiário desse dois hectares pra que o trabalhador permanecesse nas proximidades do engenho ou da usina.

Se deixar, eu falo muito dessas questões aí. Eu tenho muito apreço em discutir a questão do sítio, mas na origem, era uma forma de conciliar com a grande produção canavieira, era dar o mínimo de subsistência. No fundo era isso. Alguns autores acabam mostrando o sentimento de posse em relação a esses dois hectares. Isso, de certa forma, é um esboço da luta pela terra, porque, a partir do momento em que você tem um sítio, você passa a ter um sentimento de pertencimento daquele sítio em relação você. Algo que era visto como uma posse provisória, numa situação em que as relações de trabalho estavam mantidas, ou seja, como uma concessão, mas a partir do momento em que essa relação de trabalho entra em crise, porque o produtor quer expulsar o morador, essa concessão se torna um direito. Enquanto ela é minha, porque as relações de trabalho estão garantidas, ela é uma concessão. A partir do momento em que eu estou ameaçado de perdê-la, ela é um direito e eu vou segura-la com unhas e dentes. É uma discussão que eu puxei um pouco pro doutorado.

Telma: Então, professor, nessa perspectiva da manutenção desta pauta, da presença dos trabalhadores como protagonistas dentro e fora da Igreja, nas organizações sindicais, qual é a importância da discussão do mundo do trabalho, hoje, mantendo ou reinventando, ressignificando exatamente esses trabalhadores? Quem são esses trabalhadores que o senhor pesquisou e qual a importância desses sujeitos sociais não só pra pesquisa, mas

pra sociedade, pra revitalizar o estudo acadêmico da História Social e em outros campos?

Samuel: O mundo do Trabalho, na minha pesquisa, foi um pouco uma questão incontornável, pra dizer em termos mais elegantes. Eu entrei pela Igreja e, ao trabalhar a CPT, eu comecei a perceber, na minha concepção mais crítica, que se eu permanecesse só na esfera da Igreja não poderia aprofundar como eu queria a discussão da luta pela terra. Muitas vezes têm os limites institucionais da Igreja, é uma radicalização até certo ponto, tanto é que acabava surgindo margem pro próprio MST⁹. Então, eu entrei muito na questão agrária. Na época, a minha orientadora, Christine Dabat, estava organizando as fontes do TRT¹⁰ lá na UFPE e ela sempre me cobrava: “você não vai usar nada do TRT?” Eu demorei a achar essa ideia. A minha saída, digamos assim, foi ver as áreas de conflito que eu trabalhava, ou seja, os conflitos de terra em que a CPT atuou. Eu procurei ver se antes do conflito de terra existiam processos trabalhistas. A minha preocupação sempre de fontes, pode ver que na maioria dessas decisões de pesquisa que eu fiz acabei produzindo um artigo. Essa discussão aí saiu naquele livro “*História de Trabalhadores*”, publicado recentemente por Montenegro e Marcelo Góes.¹¹ Lá eu discuto a relação Justiça do Trabalho e luta pela terra, apontando como a Justiça do Trabalho de certa forma não conseguiu impedir a expulsão do campo, não impediu que se criassem os quadros, os sujeitos que vão compor os movimentos de ocupação de terra, em sua maioria, são ex-sitiantes, como o pessoal diz, ex-moradores de sítio, filhos de moradores de sítio que foram expulsos.

Contrariamente ao que a imprensa coloca, como sendo moradores das periferias urbanas que pra fugir da fome e da precarização da vida nas periferias urbanas ocupam a terra, no fundo é algo que eu venho tentando trabalhar na construção das memórias, é a perspectiva do retorno ao sítio. Na minha concepção, muito apressada, aqui falando em dois minutos, a luta pela terra na zona canavieira de Pernambuco é um retorno ao sítio, é uma perspectiva que eu percebo tanto nos conflitos na Justiça do Trabalho, quanto nos relatos. Se você não volta às origens, à infância desses traba-

9 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

10 Tribunal Regional do Trabalho.

11 TAVARES, Marcelo Góes; MONTENEGRO, Antonio Torres (org.). *Histórias de trabalhadores e da Justiça do Trabalho*. Arapiraca: eduneal, 2018.

lhadores rurais, você não percebe essa dimensão do sítio.

Telma: Quem são esses trabalhadores com quem você teve maior contato no doutorado? Como é que eles foram para essas organizações?

Samuel: Os trabalhadores com quem eu tenho atuado especificamente – porque eu tenho desenvolvido pesquisas já no Ceará –, os desdobramentos na minha tese, que é algo que vou acabar levando para o pós-doutorado, os conflitos de terra que eu trabalhei são os primeiros que ocorrem na redemocratização e que ainda não têm o MST, e que ainda também não têm a CPT. Acabam sendo conflitos de terra que as pessoas colocam, mas que no fundo, quando você vai aprofundando, não são, como movimentos mais espontâneos, mas de fato eles têm uma base de apoio sindical, em parte em sindicatos dos municípios que eu trabalhei, no caso de Abreu e Lima, Paulista, Igarassu, Goiana - depois eu posso detalhar, são todos municípios da zona canavieira norte, da zona da mata norte, que é a parte canavieira ao norte de Recife, algo como a 30 km ao norte, começa então a zona canavieira. Esses trabalhadores que eu pesquisei têm uma participação sindical, mas muitas vezes já não tanto porque já não são mais trabalhadores do engenho, pois eles foram expulsos, mas começam a participar de reuniões que o sindicato organiza com esses trabalhadores expulsos. Dessas reuniões, no momento de reabertura, de efervescência política, a Igreja também participa. Depois, esses movimentos vão se separando, mas nesse contexto aí, no meu caso aqui é 83, 84, 85, 86, eles estavam muito de mãos dadas, depois é que vão se separando, embora eles mantenham uma relação um pouco tensa, às vezes, mas mantêm uma parceria em alguns casos e outros não, em outros é uma ruptura mesmo. Mas, eles se congregam nesse período aí que eu trabalhei, em torno do final da ditadura. Eles têm uma base de apoio sindical muito forte, um apoio da Federação dos Trabalhadores Rurais e um apoio do que, na época, ainda era ainda a Pastoral Rural, mas que vai

Na minha concepção, muito apressada, aqui falando em dois minutos, a luta pela terra na zona canavieira de Pernambuco é um retorno ao sítio, é uma perspectiva que eu percebo tanto nos conflitos na Justiça do Trabalho, quanto nos relatos. Se você não volta às origens, à infância desses trabalhadores rurais, você não percebe essa dimensão do sítio.

ser a Comissão Pastoral da Terra, a CPT. É interessante porque ela me permite fazer uma verdadeira polifonia de atores, porque eu posso entrevistar pessoas do sindicato, pessoas da Igreja, pessoas da federação, todos eles participavam desses movimentos de ocupação.

Eu trabalhei quatro conflitos específicos, mas esses conflitos que eu trabalho em 85, se você for olhar nos jornais, em 67 essas áreas já tinham conflito, porque o proprietário já tentava expulsá-los. Mais uma vez se confirma de que são sítiantes, ou ex-sítiantes, ou alguém que mantém o vínculo com a terra. São trabalhadores que têm um histórico de vínculo com a terra muito grande e para quem, no fundo, a luta pela terra é só um novo contexto de uma luta que eles já travavam pra permanecer na terra, enquanto eles já eram trabalhadores, mas uma permanência associada com direitos trabalhistas. Eles entravam na Justiça do Trabalho reivindicando direitos salariais, em outros casos, o direito ao sítio, que já dialoga mais com a luta pela terra e a situação mudou para um contexto em que essa relação trabalhista entra em colapso, usinas vão falir ou vão se resignificar em outro setor da economia, vão produzir cimento, papel, eucalipto etc., que é uma discussão também que tem de ser feita, essa perspectiva de crise muitas vezes é uma grande estratégia dos setores produtivos de mudar de ramo de produção buscando mais lucro. Uma empresa que eu estou trabalhando agora, que é parte de um conflito de terras específico, que José Sérgio Leite Lopes trabalhou, ela depois criou uma série de conversões de capital e começou a trabalhar em rede hoteleira, ser acionista de outro tipo de empresa, trabalhar com fornecimento de crédito etc. Daí, você diz: “como é que essa empresa faliu se ela criou um hotel, uma rede hoteleira?”

Voltando aos trabalhadores, eu tento partir desse complexo de movimentos que se uniu e é muito interessante, o último conflito que eu trabalho é o primeiro dos grandes em que o MST atuou. Isso já me dá uma porta de entrada. A zona da mata norte não teve uma atuação tão cedo dos sem-terra. Os sem-terra acabaram atuando com certa força na zona da mata sul. Depois, na mata norte, na parte mais ao norte é que começou a surgir. Mas um dos primeiros conflitos do MST, eu acho que é justamente esse que eu trabalhei na zona da mata, é na década de 90, em 98. Nesses conflitos que são das terras da Usina Aliança, o MST atuou em estreita parceria com a CPT, o que abre um outro leque de trabalhar com o MST. No Ceará eu tenho trabalhado muito com o MST, porque lá tem poucos assentamentos

que não são do MST. Como aqui é muito dividido, tem assentamento dos sindicatos, tem assentamentos da federação, tem assentamento da Igreja, no caso a CPT, tem assentamento dos outros movimentos que surgiram de dissidência do MST. Então, o sujeito que eu trabalho, principalmente, é esse antigo morador de sítio, ou ele próprio ou seus pais, mas sempre tendo sofrido um processo de expulsão e que, numa perspectiva de crise do setor de produção de açúcar, o setor tanto de açúcar quanto da usina, passa a reivindicar até como forma de indenização salarial o acesso a terra.

Viviane: Até que ponto os interesses dessas organizações, enquanto equipe, enquanto direção, enquanto organização católica, enfim, até que ponto isso coincidia com os próprios interesses desses trabalhadores que estavam vindo nesse processo de família, de tradição de terra, de cultura, de querer permanecer no lugar, ou voltar para aquele lugar de origem, se existiram esses conflitos de interesses, se a gente pode dizer, entre uma base de trabalhadores e uma de direção de movimento, até mesmo nas conciliações pela luta pela terra, nos ajustes, nos acertos?

Samuel: Eu acabo tendo uma perspectiva muito purista, digamos assim. Pra mim, os sujeitos da luta pela terra são os que ocuparam a terra. De forma nenhuma eu descarto os mediadores ou apoiadores, pelo contrário, eu procuro entrevistar a maior diversidade possível em relação a um conflito específico. Por exemplo, eu estou trabalhando um conflito só, atualmente. Na tese, eu trabalhei quatro grandes conflitos e aí, depois, eu fui aprofundando cada um deles e hoje em dia eu estou pegando, especificamente, cada um deles. À medida que vão surgindo informações dos outros conflitos, eu vou arquivando, mas o aprofundamento da leitura da documentação eu estou fazendo de um só, que é do engenho Pitanga, que foi um conflito muito grande. Eu tento até desconstruir um pouco essa ideia, porque as pessoas colocam como o primeiro assentamento de reforma agrária da República, mas na verdade não foi bem assim. Foi o que representou o marco. Pra você ter uma ideia, eles ficaram ocupados três meses na chamada Praça da República, que é em frente ao Palácio do Governo.¹² É como se eles ficassem ali no mauso-

Eu acabo tendo uma perspectiva muito purista, digamos assim. Pra mim, os sujeitos da luta pela terra são os que ocuparam a terra.

¹² Palácio Campo das Princesas, sede do poder executivo pernambucano.

léu, onde é o Palácio da Abolição.¹³ Se você for pensar, isso em 86, tinha acabado de ocorrer o fim da ditadura, eles ocuparam, foram a Brasília reivindicar de [José] Sarney o decreto de desapropriação, promoveram várias manifestações no centro de Recife, tem uma série de ocupações do INCRA¹⁴ que foram feitas. Então, de certa forma, eles introduzem em Pernambuco o instrumento da ocupação de terra, da ocupação pra reivindicar a terra. Até então, se você for observar, as Ligas Camponesas não têm essa perspectiva de ocupar pra reivindicar desapropriação, até porque essa questão da ocupação é mais recente. Essa divergência é o que me fez ir às áreas de conflito. Hoje em dia eu estou quase fazendo o caminho contrário.

Como na época da tese eu só trabalhei a CPT, eu entrevistei as pessoas da CPT, trabalhei os conflitos – aí é uma crítica que eu faço -, mas foi uma opção que meus orientadores sustentaram na época, eu não entrevistei nenhum trabalhador, mas também entrevistei todo mundo que estava envolvido na CPT, ex-membros, membros atuais, pessoas que são colaboradoras, advogados, ex-advogados, tudo o que eu podia, sindicalistas etc. Mas não descii nas áreas de conflito, não fui às bases. No fundo você vê que tem uma perspectiva que se constrói, que, às vezes, se você não perguntar “quem foi que apoiou vocês?”, eles nem falam. Eles falam deles. Então, há uma busca de protagonismo individual, como quem diz “nós que ficamos aqui, um ou outro vinha apoiar”, mas quando você vai ouvir o lado mais institucional, às vezes você tem a impressão de que eles conduziram a luta pela terra. Quando você vai no acampamento, as pessoas não sabem às vezes nem o nome. Se você buscar a condução do conflito, gera uma frustração. Você tem que tentar entender o conflito na sua complexidade. Se você tentar buscar a genealogia do conflito, você vai ter uma perspectiva muito artificial. Por exemplo, padres que tiveram um protagonismo muito grande nesses conflitos, especialmente nesse último conflito aí que eu mencionei. Em alguns casos, as pessoas dizem “foi tal padre”. E em alguns casos, foi tal outro padre. Têm uns três ou quatro padres que, como tiveram protagonismo, as pessoas atribuem a eles e, às vezes, você vai ao próprio padre e pergunta quem iniciou o conflito e ele diz “os trabalhadores, a gente só chamou pra apoiar”. Entendeu? Essa polifonia é difícil de trabalhar, mas hoje em dia eu sei lidar com ela. De certa forma, como eu já fiz mais de

13 Sede do poder executivo cearense.

14 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

cinquenta entrevistas pra toda essa pesquisa em várias áreas de conflito, sempre diversificando, pegando sempre a cúpula e a base e as perspectivas que estavam em torno, às vezes, eu já consigo prever um pouco a linha da narrativa que vai ser construída. Que bom! Eu ainda me surpreendo.

Telma: Na verdade, essa perspectiva da constituição do processo de redemocratização, dos atores sociais, no movimento operário, do movimento sindical, nós, em Fortaleza, também acompanhamos, só que não era no rural, mas no urbano. As pastorais, como a Pastoral Operária, as Comunidades de Base, além de incentivar, de fazer reuniões nas comunidades, também havia uma ação mais direta. Em Fortaleza, por exemplo, a CPT foi muito dinâmica e muito presente. Eu lembro que vários padres, vários agentes trabalhadores da Pastoral Operária também apoiavam as ocupações nos anos 90. Nesse sentido – é uma autocritica que nós, pesquisadores, podemos fazer, que é uma coisa notada –, naquele momento, raras eram as pesquisas que incluíam os novos personagens. Ficavam ainda numa visão muito cupulista, muito da ação sindical, do movimento operário, no entanto, o que a gente precisa, de fato, é conhecer quem eram esses trabalhadores. Eu participei, por exemplo, há trinta anos, de uma célula, no bairro, que tinha todo mundo: éramos nós da Pastoral Operária, os padres, as freiras, os trabalhadores das fábricas e eles não tinham nenhum direito, não tinham organização nenhuma no local de trabalho e as nossas reflexões eram exatamente de ajudar e contribuir para que esse trabalhador pudesse transformar o seu cotidiano, o seu local de trabalho dentro de uma luta mais ampla, que era a redemocratização. Eu não sei – faz tempo que não debruço sobre essa temática – se tem essa coisa desse conflito de que não eram os trabalhadores, ou que era só a cúpula. Foi exatamente o erro do comunista em décadas anteriores e nós sabemos disso. Não se trata, aqui, de quem é culpado, quem é inocente, mas, talvez, para o momento que nós estamos vivendo hoje, ou é essa polifonia, ou é a contribuição e a presença de todos os setores, de uma parceria ampla, ou não se vai garantir nem os direitos que já foram conquistados. Não é só do trabalhador, nem do trabalhador urbano, no movimento popular, também.

Aqui em Sobral, quando se fala de patrimônio, quando se fala da luta por moradia, as pesquisas que tem é das elites sobralenses, é do patrimônio que diz respeito ao Centro Histórico e as periferias – quando a gente fala de periferia -, quando fala dos terreiros, dos líderes nas comunidades não

tem entrevista do povão. Tem entrevista, sim, da liderança do bairro, tem entrevista do líder religioso lá do terreiro, entende? Mas não consegue ir lá em quem ocupa a terra, por exemplo. Quem é que está, de fato, no dia a dia, no cotidiano dessa luta. A sua preocupação nesse retorno é muito interessante, esse seu caminho do pesquisador. Esse é o caminho de volta. A Déa Fenelon, que estudou muito os movimentos sociais aqui no Brasil, da PUC e da Unicamp, dizia muito isso: como é que você faz o seu caminho de volta como pesquisador? Se nós tivemos essa constatação desse movimento, desse momento de populismos que é presente na História do Movimento Operário, nós, dentro da academia, vamos até superar um pouco isso.

Pela sua perspectiva, pelo que você está demonstrando, essa polifonia é dar visibilidade mesmo ao que a gente falava lá nos anos 80, talvez esteja sendo considerado agora. Você pega o fio da meada bem anterior, desde antes das organizações trabalhistas e sindicais. Como é que você vê isso dentro do GT do Mundo do Trabalho? Como é que foram os estudos do mundo do trabalho até hoje e como você se coloca dentro desse mosaico de pesquisas que tem dentro do GT do Mundo do Trabalho?

Samuel: Vou tentar ser bem específico. Vai parecer que eu fugi muito da resposta. É porque eu me perco na questão agrária. Na origem mesmo, a minha entrada no mundo do trabalho – vou tentar usar um termo mais conciliador – foi muito ocasional. Quando eu ia me inscrever nos simpósios, eram as opções que acabavam mais acessíveis, em que eu me encaixava, mas nem tanto. Mas aí, eu consegui aprovar a minha integração ao GT da Anpuh, enviei o meu currículo na época pra constar como membro naquela página – não sei se ainda tem a lista dos pesquisadores. Sempre eu dava uma verificada, vamos ver se me mantêm lá. Eu sempre ficava vendo tudo muito urbano, discutindo muito a questão têxtil, a questão dos operários. Até foi algo que eu falei numa conversa com Clifford Welch, não sei se vocês conhecem. Na época, no primeiro dia de um seminário ministrado por ele, eu disse “eu tenho dificuldade de me encaixar”. Não que minha pesquisa seja tão complexa que eu não me encaixe, não é isso. Pela opção, eu não conseguia achar o que na época eu teria entendido como História Agrária. Como hoje em dia a História Agrária tem se constituído dentro do mundo do trabalho na perspectiva de lutas por direitos, eu entro mais confortavelmente nessa discussão. Eu sinto um limite ainda, eu ainda não me sinto totalmente em casa, digamos assim, porque eu trabalho muito

numa perspectiva local, dos movimentos locais e dessa complexidade da luta pela terra e também dialogo com a discussão de memória, de História Oral e Memória. Eu sinto que isso ainda não é muito trabalhado. Eu acho que seria mais de movimentos sociais, menos de movimento operário, a percepção de movimento social dialoga muito mais com a memória, porque vai além de uma luta mais objetiva e material. Não é só uma luta por direitos quantificáveis, tem a questão da subjetividade, do reconhecimento, têm outras dimensões mais subjetivas da luta que eu tento, por exemplo, atribuir à luta pela terra.

Maria de Nazareth [Baudel] Wanderley, que é uma professora da pós daqui - ela inclusive tem alguns textos, não tantos, que são textos de base -, discute muito essa questão da simbologia da luta pela terra, a relação com a comunidade e com a perspectiva do trabalho. A luta pela terra tem outras dimensões além da busca do direito a terra, é uma forma de vida diferente com a terra, com a agroecologia. Eu não entro muito nessa discussão de agroecologia porque é um recorte mais recente, eu prefiro ficar mais na questão política da luta pela terra. Em relação ao mundo do trabalho, eu comecei a me sentir mais confortável a partir do momento em que o mundo do trabalho se abriu pra outras perspectivas, inclusive de gênero. Não que eu trabalhe com gênero, mas no momento em que incluiu o gênero, começaram a se abrir esses outros leques e acaba que parte da História Agrária fica dentro do mundo do trabalho de certa maneira, não muito, mas tem um pouco. A estratégia que eu usei um pouco no início foi trabalhar com a Justiça do Trabalho. Mas, mais uma vez, eu trabalhava Justiça do Trabalho numa perspectiva da reivindicação do sítio. Era como se a estrutura fosse uma estrutura familiar ao mundo do trabalho, que era a Justiça do Trabalho, mas dando uma ótica agrária. Que não era nem tanto agrária num sentido denso do termo, mas que era no mundo rural.

Hoje em dia eu me sinto mais confortável no sentido da busca por direitos, da luta por direitos, a luta pela terra e toda a complexidade do movimento. Eu tenho tentado também insistir muito na produção de narrativas, ou seja, a produção de diversidade de fontes. Em termos de uma tipologia de fontes eu tenho três, quatro tipos diferentes. Tem as fontes do sindicato, tem as fontes do INCRA, tem as fontes dos jornais e tem os depoimentos de História Oral, e eu ainda estou enveredando pelas fontes da Justiça, no caso da luta pela terra, da Justiça Federal. Eu consegui já alguns processos.

Sem querer conduzir a entrevista de vocês, tem uma questão de como era a importância da metodologia e qual era a dificuldade. Não sei se eu posso comentar isso.

Viviane: Sim, eu ia fazer em seguida. Você já fica à vontade.

Samuel: A metodologia... Por exemplo, as fontes do INCRA, eu pesquisei os processos de desapropriação desde 2013. Foi quando eu comecei a me estabilizar mais na UECE, tomar pé da situação. No começo é sempre muito sobrecarregado. Eu comecei a voltar aqui para aprofundar os conflitos que vinha trabalhando. Deixei um pouco a CPT de lado, agora vou trabalhar os conflitos por eles mesmos, ver as fontes que tem sobre cada um desses conflitos. Fui no INCRA e da mesma forma que eu tive a dificuldade com a aridez, num primeiro olhar, das fontes da Justiça do Trabalho, eu tive também com as fontes do INCRA. Hoje em dia eu tenho entrevistado muitas pessoas do INCRA e eu leio processos com outros olhos. Pra mim, antes era um bocado de papel, quase como um processo da justiça nas mãos de quem não entende. Você pode enveredar numa perspectiva de História Social da Propriedade.

A Companhia de Tecidos Paulistas, que eu estou trabalhando, o que alguns autores chamam de a vocação latifundiária dela remonta a 1904, pra você ter uma ideia. A ocupação de terra nessas mesmas propriedades ocorreu em 1986. O desmatamento de que os trabalhadores rurais foram sendo acusados, quando ocuparam a terra, na verdade era um desmatamento que já ocorria quando as terras eram da companhia e ela concedia a trabalhadores pra explorar. Os laudos de desapropriação do INCRA dizem que esse desmatamento é anterior, porque tem uma vegetação que eles chamam de capoeira, ou capoeirão, que já indica que não é uma vegetação nativa, que é uma vegetação que está nascendo de algo que foi desmatado. Em vez de ser aquela vegetação de floresta característica de mata atlântica, já é um pouco aquela vegetação de mato que cresce, digamos assim. Já não é aquela vegetação tão úmida, com árvores, é algo que foi desmatado e quem não percebe que ali é uma área de mata atlântica, considera assim. As perspectivas do INCRA abrem um leque muito grande a partir de uma documentação que, a princípio, era muito árida, a mesma coisa acontece com os processos da Justiça Federal. Você vê uma série de conflitos. Por exemplo: chega um ponto em que o Ministério Público entra na justiça con-

tra o próprio INCRA pra tentar reverter uma desapropriação que foi feita. Ou seja, a própria história institucional está muito presente nos conflitos entre instituições que deveriam, de certa forma, estar no mesmo sentido. Eles botam o INCRA estadual e o INCRA federal na justiça contestando porque era a mata atlântica. Só que aí, finalmente, o INCRA consegue fazer um plano voltado à questão ambiental, algo voltado à preservação. É como se fosse um reflorestamento, mas não é. De manejo florestal! Pronto. Um projeto de manejo florestal em que eles vão produzir, mas mantendo uma reserva mínima. Essa reserva acabou não sendo tão preservada, mas tem outros conflitos. Por exemplo, o próprio Antônio Montenegro trabalha muito nessa perspectiva da ditadura militar nos processos trabalhistas e como as instituições como o exército têm ingerência sobre as decisões da Justiça. Quer dizer, o fato de o trabalhador ter sido comunista pesa desfavoravelmente a ele em algo que, teoricamente, seria um direito trabalhista, que não deveria ser atravessado pela questão política.

Viviane: Professor, você falou sobre as fontes do INCRA, eu também estive pesquisando na documentação do INCRA, fazendo o cruzamento com a História Oral. Até que ponto nas fontes oficiais se pode perceber os trabalhadores, os ecos desses trabalhadores, os perfis desses trabalhadores? E quanto à História Oral, até que ponto esses trabalhadores visualizavam a grandiosidade que era a luta para além daquele combate cotidiano contra o dono da terra, contra o capanga que estava ali querendo expulsar ele da terra, aquele conflito físico mesmo, corporal, que às vezes levava à morte?

Samuel: Nas fontes do TRT¹⁵ era mais fácil ouvir a voz do trabalhador, ainda que mediada pelo escrivão. O escrivão é de cartório. Agora está me faltando o termo,¹⁶ mas tem a pessoa que faz a transcrição. Então, de certa forma ela transcreve o discurso do trabalhador, mas na audiência de instrução – na Junta de Conciliação tem sempre, como o nome está dizendo, tem sempre uma tentativa de conciliação -, as primeiras audiências oferecem a conciliação, mas tem a parte da instrução, até hoje tem a instrução. Na instrução você ouve as testemunhas e você ouve o depoimento do reclamante. O reclamado às vezes faz o depoimento por escrito, já é algo padronizado, muitas vezes. São tantos trabalhadores que se toda vez for produzir

15 Tribunal Regional do Trabalho.

16 Estenotipista, profissional que digita os depoimentos em uma máquina (estenótipo) com 20 teclas, que, combinadas, formam letras e palavras.

um discurso formal, então cria muitas vezes uma contestação por escrito. É uma história oral, mas transcrita, mediada, não é totalmente uma história oral. De certa forma, você tem o trabalhador falando, não dá pra dizer que não é ele. É o momento em que ele pode dizer mais coisas da relação de opressão que ele vive na propriedade, ali ele está, ainda que por pouco tempo, minimamente resguardado. Claro que depois ele pode sofrer muitas ameaças e, por conta disso, muitas vezes ele desiste do processo.

No caso do processo trabalhista, pra você ter acesso à fala do trabalhador, primeiro você pode recorrer à transcrição do depoimento dele, ou você, a partir do sindicato dele, pode tentar o contato e fazer uma entrevista com ele, isso é uma possibilidade. Mas a fonte, por ela mesma, já tem o depoimento do trabalhador. No caso do INCRA você não ter essa opção, o trabalhador não é ouvido. Muitas vezes, ele aparece na ousadia de lutar pela terra, na desapropriação que deveria partir do INCRA, no plano regional de Reforma Agrária, no plano nacional, desde o Estatuto da Terra. A ideia de que o Estado deveria identificar essas terras e iniciar um processo de Reforma Agrária – cai por terra, na verdade é uma Reforma Agrária que acaba sendo cada vez mais pautada. Ou seja, a ideia de áreas prioritárias vai se perdendo e vai se tornando muito mais uma luta política. As propriedades que vão entrar em processo de desapropriação vão ser aquelas para as quais o movimento vai forçar o processo de vistoria. A partir desse momento é que se inicia o processo de vistoria, o trabalhador não vai ser tão ouvido. Ou se ele vai ser ouvido, não vai constar a transcrição do que ele diz, mas como é pautado pelo movimento, sempre você vai encontrar ofícios dos sindicatos, das associações de moradores e das federações. Às vezes, documentos que hoje os sindicatos já não têm.

Telma: Como você pensa essa área de pesquisa, dessa sua temática, para as novas gerações? Qual é a perspectiva?

Samuel: Na UECE, no meu colegiado, eu sou o único que trabalha com a perspectiva do campo, nessa perspectiva de luta pela terra. Tanto é que, às vezes, há uma confusão que, no meu caso, é favorável, que as pessoas entendem que necessariamente eu sou do MST. Eu, no fundo, tenho uma relação muito estreita, as pessoas até brincam, amigos dizem que sou dirigente do MST etc. Mas, assim, uma visão apressada da parte de colegas que veem, necessariamente, que a pesquisa está totalmente vinculada a

uma institucionalização dentro do movimento. Eu nado totalmente contra a correnteza na UECE. Eu acho – mas aí é uma visão muito apressada -, do meu ponto de vista da UECE Fortaleza, que as pessoas Mas muita gente veio do campo. Mas muita gente veio do campo, os meus alunos, talvez, sejam as primeiras gerações, são filhos de quem veio do campo, são nascidos em Fortaleza, mas, mais do que Recife, quase todo mundo de Fortaleza veio do interior. É muito exagero o que estou dizendo, mas tem muita, muita gente. Eu sempre falo com meus alunos: “você nasceu em Fortaleza?” – “Nasci”. “E seus pais?” – “Não”. Rapidamente você já encontra o vínculo com o interior.

Até hoje, dos bolsistas que eu consegui, só dois trabalham com questão de luta pela terra, com questão agrária. Um, sobre a CPT, e a outro, sobre o acampamento Zé Maria do Tomé, a participação das mulheres na organização do acampamento e da luta pela terra. É um trabalho de formiguinha que, eu confesso, acho que não é uma área que vai se expandir muito, pelo menos, da minha situação ali. No que depender de mim, vai. Mas eu não consigo conquistar muitos bolsistas. Eu estou conseguindo muito pela perspectiva do bolso mesmo. Esses dois alunos foram alunos “convertidos”. Eles entraram pelo bolso, digamos assim. Como eu estou entre os que batalham muitos projetos, os recursos, eu sempre sou um professor procurado pelos alunos como possível professor que vai oferecer bolsas.

Telma: De Iniciação Científica, né?

Samuel: É. Procurado em parte pela situação financeira dos alunos, pela necessidade que a gente sabe que é real, eu começo a botá-los para pesquisar mesmo sobre o tema. A gente está organizando um arquivo da FETRAECE,¹⁷ digitalizando e, junto com o Mário Martins, da UFC, a gente está organizando o da CPT. Parou um pouco porque ele se afastou para o Pós-Doutorado. Aí, eu boto os alunos nessa pesquisa de organização do arquivo e eles começam a ver que tem muita fonte, eu começo a iniciá-los na História Oral. Esses meus dois bolsistas já fizeram entrevistas comigo, alguns eu até exigi um pouco, facilitei que eles participassem com perguntas etc. Eles acabam tendo uma visão mais prática, muitas vezes. Depois, é que eles começam a gostar do tema. Primeiro é a necessidade financeira, depois é a praticidade. “Já que estou pesquisando, aqui tem muita fonte, já

17 Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará.

dá um TCC garantido”. O terceiro passo é começar a gostar. Eu já fui pra acampamento com alguns deles. Mas não é uma sedução à primeira vista. A perspectiva da História Cultural atrai muito mais na UECE, até pela própria orientação do mestrado, que é mais de História Cultural. E quem trabalha com o campo, principalmente conflitos mais recentes, sempre tem que trabalhar com História Oral. Tem aluno que adora falar, mas morre de medo de fazer uma entrevista. Têm alunos meus que desistiram de pesquisas maravilhosas porque disseram que têm vergonha de fazer entrevista. Aí, eu disse: “mas não é você quem vai falar, é o entrevistado”.

Telma: Professor, o senhor queria dar alguma mensagem? Poderia dizer alguma coisa assim para essas gerações novas, que porventura queiram se aventurar, ou se interessar por essa pesquisa mesmo, do trabalhador rural, da questão agrária, dos acampamentos, desse processo todo de redemocratização?

Samuel: Eu vou até ser mais suave no que dizer, porque sempre eu sou meio duro nesse comentário. Pra trabalhar com História Oral tem que fugir da perspectiva do historiador de gabinete, tem que fazer algo que os geógrafos fazem tranquilamente. Por exemplo, o pessoal do Serviço Social, o pessoal das Ciências Sociais, o pessoal da Geografia, eles trabalham muito com a perspectiva antropológica, com diário de campo, de observação. Eu digo porque os alunos de Geografia que iam pros acampamentos e toda minha iniciação de visitar os acampamentos, no Ceará, foi por iniciativa própria mesmo. Mas lá, foi com um grupo de Camila [Dutra dos Santos], que é professora de Geografia, e eu participo do grupo de pesquisa dela, que é o *Naterra*, tem até o Facebook, vocês podem olhar depois. Lá, é o cotidiano deles. Lógico que eu percebia e discutia isso, perspectivas muito diferentes da abordagem deles e da que a gente pode trabalhar. Por exemplo, eles reconhecem isso, não trabalham com História Oral, eles trabalham com entrevista. As entrevistas que eu faço com os trabalhadores rurais são muito longas, uma média de duas horas, tranquilamente. E olhe que muitos trabalhadores rurais não são de muita prosa, como se diz. Mas como é uma pesquisa que fala da realidade deles, gostam.

Já aconteceu de muitas situações alunos chegarem pra mim e eu dizer: “quer ir fazer a entrevista comigo?” Eu aproveito essas viagens e faço entrevistas. Um ou outro foi, teve uma que estava interessada em fazer,

mas acabou não indo. E aí, eu demorei a voltar. Então, ela me perguntou: “Mas essa entrevista durou quanto tempo?” Eu disse: “durou mais de duas horas, mas a gente parou, eu vou continuar quando eu vier de novo”. Aí ela: “mas eu entrevistei ele, foram vinte e cinco minutos”. Aí, eu disse: “por isso que eu te chamei pra vir fazer a entrevista comigo”. Ela: “eu queria ter acesso à entrevista”. Eu disse: “Então venha fazer comigo”. Só quer o resultado pronto.

Eu fui com alguns alunos, às vezes eu estou mais motivado que eles pra sair fazendo entrevista com os trabalhadores. Há uma certa acomodação que eu acho que é um estigma que pesa na nossa área. Eu acho que a perspectiva histórica, às vezes – às vezes, não – é muito elitista. Já na Geografia, eles trabalham muito com a perspectiva do território. Não quero ser contrário à juventude, mas, às vezes, a principal crítica que eu faço aos meus alunos é porque eles não querem botar – como se diz em francês – o nariz nos arquivos, não querem ir. Como hoje em dia têm coisas digitais, a pessoa diz: “se eu não achei na internet, eu não posso fazer a pesquisa”. Claro que podendo ter acesso à fonte digital é melhor. Você economiza dinheiro, no caso dos alunos, tempo, você não tem que levantar o material, ele já está levantado, você só passa pra leitura. Eu acho que é uma coisa do perfil mais da juventude, já quer uma documentação mais digitalizada, mas tem também uma perspectiva mais ampla de leitura da nossa forma de coleta de fontes. O que é visto como uma pesquisa de campo acaba sendo uma pesquisa que não dialoga com a História, porque é vista como uma pesquisa militante. Não que eu não ache que a pesquisa possa ser militante, mas é possível dar todo um rigor de pesquisa em algo que os pesquisadores com uma visão mais preconceituosa acham que, no fundo, eu estou fazendo militância, e não pesquisa.

Há uma certa acomodação que eu acho que é um estigma que pesa na nossa área. Eu acho que a perspectiva histórica, às vezes – às vezes, não – é muito elitista. Já na Geografia, eles trabalham muito com a perspectiva do território. Não quero ser contrário à juventude, mas, às vezes, a principal crítica que eu faço aos meus alunos é porque eles não querem botar – como se diz em francês – o nariz nos arquivos, não querem ir.

Telma: Gente, eu quero agradecer ao professor Samuel e à professora Viviane, e a gente continua o nosso diálogo até a transcrição e a elaboração do livro.

Viviane: Também agradeço, professor, foi um prazer!

Samuel: Eu estou à disposição. Como eu sei, às vezes, a dificuldade que é ter a disposição, a disponibilidade do entrevistador e do entrevistado, me solidarizo totalmente quando as pessoas querem me entrevistar, ou fazer qualquer coisa assim, porque eu sei como é bom o entrevistado que é solidário. Se vocês precisarem, estou à disposição pra dez horas de entrevista, se precisarem. Não tem problema. As siglas, o que ficou confuso, é só me mandar um WhatsApp e a gente marca quantas vezes for preciso.

O que é visto como uma pesquisa de campo acaba sendo uma pesquisa que não dialoga com a História, porque é vista como uma pesquisa militante. Não que eu não ache que a pesquisa possa ser militante, mas é possível dar todo um rigor de pesquisa em algo que os pesquisadores com uma visão mais preconceituosa acham que, no fundo, eu estou fazendo militância, e não pesquisa.

Entrevistadores

Cosma Silva de Araújo - Graduada em História- UVA. Mestre em História e Culturas- UECE. Graduanda em Artes Visuais pela Universidade Estadual do Ceará - UAB. Servidora pública.

Fannuel Santos Mesquita - Graduado em História-Licenciatura pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Joannes Paulus Silva Forte - Graduado em Ciências Sociais na modalidade Licenciatura pela Universidade Federal do Ceará (UFC) (2004), em Ciências Sociais na modalidade Bacharelado pela UFC (2004), mestre em Sociologia pela UFC (2008) e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) (2019) com cotutela no Département Droit, Intervention Sociale, Santé, Travail (DISST) do Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM-Paris-França). É Professor Adjunto J da Universidade Estadual Vale do Acaraú. É docente do quadro permanente do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio), na associada UEVA.

Viviane Prado Bezerra - Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Editora
**SER
TÃO
CULT**
10 anos

Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 274 páginas e em e-book formato pdf.
Maio de 2024.

Série
Território
Científico

Editora
**SERTÃO:
CULT**
10 anos

Uberização, gênero, trabalhadores tradicionais, trabalhadores da terra, o sindicalismo, desigualdades, diálogo, pesquisa, capitalismo, empatia. Cada uma destas palavras-chave é fundamental para aqueles que têm interesse pelos estudos acerca do mundo do trabalho. Mais ainda: são temas fundamentais para cada um de nós, trabalhadores, inseridos em uma sociedade em constante transformação, nem sempre (ou quase nunca) para melhor.

Pensando nisso, a série Território Científico uniu neste seu 5º volume entrevistas com 11 pesquisadores que se dedicam há anos ao mundo do trabalho e aos trabalhadores. Para melhor conhecermos nossa sociedade, nada melhor do que conhecermos aquilo que a move: o trabalho. Por isso convidamos vocês, caros leitores, a refletirem conosco sobre nossa realidade, que é primeiro passo para que possamos tornar essa transformação mais justa.

ISBN 978-655421130-7



9

786554

211307

Editora **SERTÃO:
CULT**